



**ORDEM DO DIA  
PARA A 54ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA  
EM 28 DE NOVEMBRO DE 2017**

PROPOSIÇÕES EM REGIME DE URGÊNCIA

1 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 173, de 2016, (Autógrafo nº 32020), vetado totalmente, de autoria da deputada Rita Passos. Dá a denominação de "Masatsuki Hori" ao dispositivo de acesso e retorno SPD 014/323, localizado no km 014+420m da Rodovia José Della Vechia - SP 323, em Monte Alto. Parecer nº 1902, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Transportes, favorável ao projeto.

2 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 492, de 2016, (Autógrafo nº 32019), vetado totalmente, de autoria do deputado Edson Giriboni. Dá nova redação do artigo 1º da Lei nº 16.140, de 2016, que denomina o dispositivo de acesso e retorno com viaduto SPD 145/270, localizado no km 145,780 da Rodovia Raposo Tavares - SP 270, em Alambari. Parecer nº 1904, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Transportes, favorável ao projeto.

3 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 704, de 2016, (Autógrafo nº 32018), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de "Delegado de Polícia Doutor Guerino Solfa Neto" à passarela localizada no km 435,600 da Rodovia Washington Luis, em São José do Rio Preto. (Em anexo os Projetos de lei nºs 790 e 826, de 2016). Parecer nº 1903, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Transportes, favorável ao projeto.

4 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 27, de 2017, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Dispõe sobre os serviços e procedimentos farmacêuticos permitidos às farmácias e drogarias no âmbito do Estado. Parecer nº 510, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Saúde, favorável com substitutivo.

5 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 55, de 2017, (Autógrafo nº 32016), vetado totalmente, de autoria da deputada Maria Lúcia Amary. Dá a denominação de "Pedro Marcello Santos" ao viaduto localizado no km 112 + 900m da Rodovia João Leme dos Santos - SP 264, em Salto de Pirapora. Parecer nº 1901, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Transportes, favorável ao projeto.

6 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 106, de 2017, (Autógrafo nº 32012), vetado totalmente, de autoria do deputado Carlão Pignatari. Dá a denominação de "Dr. Rubens Geraldi Bertolo" à Delegacia Seccional de Polícia de Votuporanga. Parecer nº 1905, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Segurança Pública, favorável ao projeto.

7 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 136, de 2017, de autoria do deputado Fernando Cury. Altera dispositivos da Lei nº 8.074, de 1992, que cria o Conselho Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente e o Fundo Estadual dos Direitos da Criança e do Adolescente. Com emenda. Parecer nº 517, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação, de Defesa dos Direitos da Pessoa e de Finanças, favorável ao projeto e contrário à emenda.

8 - Veto - Discussão e votação - Projeto de lei nº 183, de 2017, (Autógrafo nº 32011), vetado totalmente, de autoria do deputado Milton Leite Filho. Dá a denominação de "Mario Vellani Filho" à delegacia de polícia de Barra do Turvo. Parecer nº 1906, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Justiça e Redação e de Segurança Pública, favorável ao projeto.

9 - Discussão e votação - Projeto de lei nº 675, de 2017, de autoria do deputado João Paulo Rillo. Dispõe sobre a vedação da alienação de espaços territoriais estaduais especialmente protegidos - ETEEPs, salvo nas hipóteses previstas na legislação federal. Parecer nº 1744, de 2017, da Comissão de Justiça e Redação, favorável. Parecer nº 1907, de 2017, da Reunião Conjunta das Comissões de Meio Ambiente e de Finanças, favorável.

#### PROPOSIÇÃO EM REGIME DE TRAMITAÇÃO ORDINÁRIA

Discussão e votação - Projeto de lei nº 485, de 2010, de autoria do deputado Pedro Tobias. Dispõe sobre abatimento do ICMS, em caráter de permuta, na aquisição de bens duráveis por detentores de créditos contra a Fazenda do Estado. Pareceres nºs 807, 808 e 809, de 2012, respectivamente, das Comissões de Justiça, de Atividades Econômicas e de Finanças, favoráveis.

